

CONTABILIDADE: UMA CIÊNCIA ABANDONADA

Não resta a menor dúvida que a Contabilidade é uma das mais importantes ciências da humanidade.

Esta ciência trata de acompanhar, controlar e mostrar, claramente, o desenvolvimento econômico e financeiro das atividades empresariais, uma das tarefas mais complexas e difíceis da atividade humana.

A sua maior missão é registrar o patrimônio das empresas - pessoas jurídicas – através de tecnologias, as mais avançadas possíveis, e acompanhar as suas atividades econômicas e financeiras, através de demonstrações contábeis claras, objetivas, corretas, fáceis de ser interpretadas e elaboradas e demonstrar da maneira mais transparente possível a situação financeira delas, além de apurar os seus resultados econômicos, “os mais próximos possíveis da realidade”.

Estará a contabilidade atingindo este objetivo? Não, definitivamente não está.

É inimaginável que uma ciência que tem a importância, que tem a contabilidade, não acompanhe pari-passu o desenvolvimento da tecnologia.

Tenho a impressão que ela usa computador como se fosse máquina de escrever, apurando resultados econômicos periódicos, por exemplo, através de balancete, uma excrescência.

Além disso, as demonstrações contábeis utilizadas pelas empresas - sociedades anônimas de capital aberto que são constituídas de empresas de grande e médio porte - são eivadas de erros, confusas, complexas, redundantes e difíceis de serem elaboradas e interpretadas.

Conclusão: A contabilidade, lamentavelmente, está completamente desconectada da sua missão.

Para demonstrar o que acabamos de afirmar, vamos analisar cada uma das demonstrações contábeis que são, atualmente, utilizadas pelas nossas empresas de capital aberto, supostamente as que melhor atendem ao principal objetivo da contabilidade:

- 1 – Demonstração da Posição Financeira (DPF);**
- 2 – Demonstrativo de Resultados Econômicos (DRE);**
- 3 – Demonstrativo das Mutações Patrimoniais (DMP);**
- 4 – Demonstrativo do Fluxo de Caixa Indireto (DFC);**

1 – ANÁLISE DA DPF

Ao analisarmos a DPF, atual, encontramos as seguintes falhas:

- a) Foram registradas, neste demonstrativo, contas patrimoniais e de resultados e isto acabou com qualquer simplicidade, correção, facilidade de elaboração e interpretação de indicadores financeiros.**

BALANÇO (Modêlo Atual)			
<u>A T I V O</u>		<u>P A S S I V O</u>	
CORRENTE	<u>177.200</u>	CORRENTE	<u>51.200</u>
Disponível	26.000	Empréstimos	30.000
Valores a Receber	100.000	Fornecedores	20.000
Estoques	50.000	Contas a Pagar	1.200
Desps. Antecipadas	1.200		
NÃO CORRENTE	<u>104.000</u>	NÃO CORRENTE	<u>230.000</u>
Títulos a Receber	80.000	Empréstimos do BNDES	120.000
Computador:VI. Liq.	<u>19.000</u>	Receitas Futuras	10.000
Computador:	20.000	Patrimônio Líq. Contábil	<u>100.000</u>
Depr. Acum.	1.000	Capital	100.000
Despesas Diferidas	5.000	Lucros Acumulados	0
		Resultado do Exercício	<u>0</u>
	<u>281.200</u>		<u>281.200</u>

No balanço, acima, podemos notar contas patrimoniais como Disponível, Estoques, Empréstimos, Fornecedores, etc e, ao mesmo tempo, constatamos a existência

de contas de resultados como Despesas Antecipadas, Despesas Diferidas e Receitas Futuras.

A primeira e grande dificuldade que esta mistura de contas proporcionou foi em relação à análise da situação financeira da empresa de curto prazo através de indicadores financeiros.

A classificação da Despesa Antecipada no Ativo Corrente foi um erro crasso.

O Capital de Giro é definido como a diferença entre o Ativo Corrente menos o Passivo Corrente. E o índice de Liquidez Corrente é determinado da seguinte maneira: $\text{Ativo Corrente} / \text{Passivo Corrente}$.

Com a Despesa Antecipada integrando o total do Ativo Corrente o valor do Capital de Giro fica superavaliado, assim como, o índice de Liquidez Corrente.

Como a despesa é o consumo de um recurso financeiro e não um ativo, para que o valor do Capital de Giro e da Liquidez

Corrente represente a realidade financeira de curto prazo da empresa, o valor da Despesa Antecipada deve ser considerado nas formas dos cálculos do Capital de Giro e da Liquidez Corrente, isto é, deve ser subtraído do total do Ativo Corrente.

- b) O cálculo de Índices de Liquidez ficou trabalhoso;**

Normalmente, o valor do Capital de Giro seria determinado da seguinte maneira: Ativo Corrente – Passivo Corrente = Capital de Giro, mas com o erro crasso deveremos fazer a seguinte alteração: Ativo Corrente – Despesa Antecipada – Passivo Corrente = Capital de Giro.

Por sua vez, o índice de Liquidez Corrente seria calculado assim: $LC = \text{Ativo Corrente} / \text{Passivo Corrente}$. Contudo, com a consideração sobre o erro passou para: $LC = \text{Ativo Corrente} - \text{Despesa Antecipada} / \text{Passivo Corrente}$.

Assim como fizemos no cálculo do Capital de Giro e do índice de Liquidez Corrente,

devemos fazer a mesma consideração nos cálculos dos índices de Liquidez Seca e de Longo Prazo.

- c) O Total do Ativo não é correto e por isso o cálculo de rentabilidade fica dificultado;**

O total do Ativo está errado e não tem significado algum, está somando bananas com abacaxis, isto é, ativos e despesas.

E isto nos traz mais complicações: um dos índices de rentabilidade é calculado do seguinte modo: Lucro Líquido/Total do Ativo.

Evidentemente, para que o resultado deste índice seja significativo, deveremos retirar do total do ativo a soma total das despesas incluídas no Ativo.

Podemos perceber, claramente, que a classificação, errônea, da Despesa Antecipada no Ativo Corrente, introduzida pela Lei 6.404, provocou um transtorno desnecessário nos índices de liquidez. E mais ainda, juntamente com a classificação

de Despesas Diferidas, no Ativo, tornaram o Total Ativo sem significado e fizeram o cálculo de Rentabilidade mais trabalhoso.

Pior ainda foi a confirmação, desta classificação absurda, pela Lei 11.638. Isto demonstrou, além de incompetência, desleixo dos responsáveis por esta Lei.

- d) A DPF atual não apresenta o patrimônio líquido financeiro, cujo valor é o mais importante da empresa.**

É incrível constatar que a Demonstração da Posição Financeira não apresenta o valor do Patrimônio Líquido Financeiro (PLF) da empresa que é o seu mais importante e significativo valor.

O PLF é o valor contábil da empresa, isto é, de acordo com os registros da contabilidade.

Conclusão: conforme vimos nem de longe a Demonstração da Posição Financeira atende

aos objetivos de clareza, objetividade, correção, facilidade de ser interpretada e elaborada preconizados pela contabilidade.

2 – Demonstrativo de Resultados Econômicos (DRE);

O objetivo do DRE é mostrar as operações da atividade econômica que alteraram positiva e negativamente o patrimônio líquido contábil (PLC) da empresa, num determinado período.

Contudo, acho que este demonstrativo poderia ser um pouco mais objetivo e didático.

O valor contábil – PLC – de uma empresa altera de um período para outro, não só em função do resultado econômico, como também através de outras operações tais como: aumento de capital, pagamento de dividendos, doações, incentivos fiscais, etc.

Sendo assim, sugerimos uma nova demonstração:

Demonstração da Alteração do Valor da Empresa.

Esta demonstração seria constituída com dois subitens e será apresentada deste modo:

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO VALOR DA EMPRESA.

1 – Demonstrativo do Resultado Econômico

Receitas

(-) Despesas

Lucro Líquido

2 – Outras Alterações

Aumento de Capital

Doações

(-) Provisão para Pagamentos de Dividendos, etc

3 – Aumento (Redução)

4 - Patrimônio Líquido Contábil

Anterior

Atual

Desta maneira, teremos uma demonstração mais objetiva, prática, didática, fácil de ser elaborada e interpretada.

3 – Demonstrativo das Mutações Patrimoniais (DMP);

Esta demonstração, cujo objetivo é mostrar como o patrimônio líquido contábil de uma empresa evoluiu do início do período até o seu final, é muito confusa, apresenta informações desnecessárias e, portanto não atende aos objetivos de clareza e simplicidade.

Desta maneira, inclusive, em função da nova demonstração sugerida – Demonstração da Alteração do Valor da Empresa - achamos que deva ser descontinuada.

4 – Demonstrativo do Fluxo de Caixa Indireto (DFCI)

Até hoje não consigo explicar porque este demonstrativo – DFCI – foi adotado como substituto do Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Lei 11.638.

Evidentemente o faria se tivesse entendido, mas nunca o entendi. Não consigo nem se quer imaginar quais foram as razões para isto, a não ser através de uma das teorias da conspiração: criaram dificuldades para vender facilidades.

O objetivo de qualquer demonstrativo de fluxo de caixa, seja direto ou indireto, é explicar, mostrando os fluxos reais de caixa de um determinado período, mas o DFCI jamais conseguirá mostrar um fluxo real se quer. Só conseguirá mostrar um fluxo ou dois, no máximo, se houver uma incrível coincidência.

O DFCI já começa com um erro grosseiro: Lucro Líquido Ajustado como uma entrada de caixa. Lucro, ajustado ou não, não está relacionado com caixa.

Os números apresentados por este modelo de caixa não têm a mínima semelhança com a realidade e, por isso, não têm a menor utilidade. É um desperdício de tempo e de papel tratar deles, pois nenhuma decisão acertada, a respeito do futuro de uma empresa, pode ser tomada com base nestes números apurados “com conta de chegar” e, portanto, irreais.

Uma pergunta esclarecedora: por que não programar, digitalmente, a conta de Caixa para dar as informações sobre fluxos de Caixa necessários para o administrador da empresa?

Seria muito mais útil além de mais prática e já existe na contabilidade.

Conclusão: A adoção dos modelos de fluxo de caixa – DFCI e DFCD – para substituírem o DOAR foi totalmente equivocada, errônea e inexplicável.

Esta substituição me leva à conclusão que os responsáveis por sugerirem e aprovarem esta mudança carecem de experiência profissional, nesta área, e não têm formação contábil relevante.

A Demonstração Substituída: DOAR.

Considero o DOAR como a melhor das demonstrações contábeis para uma análise financeira de curto prazo.

Uma empresa terá a sua situação financeira de curto prazo, sob controle absoluto ou quase, se projetar, por um ano, o seu fluxo de caixa baseado nos números apresentados pelo DOAR.

Esta substituição do DOAR pelo DFCI ou DFCD foi inominável, um absurdo.

Leitura recomendada:

**“O Fluxo de Caixa Indireto é Uma Farsa”
Por: Alvaro Guimarães de Oliveira**

www.forumdecontabilidade.com.br

Visite os nossos endereços digitais, abaixo, e conheça nossos livros e Selfievideo Courses.

Nossos Endereços:

www.forumdecontabilidade.com.br

www.idago.com.br

Canais no Google+:

**Revolucionando a Contabilidade
Instituto Digital AGO**

No YouTube: alvaro oliveira

**No Facebook: Alvaro Guimarães de Oliveira
Casa da Contabilidade e
Fórum de Contabilidade**

Fones: (21) 99998-8672 e 2249-4437

Número do Skype: Agoliveira 1000

**Prof. Alvaro Guimarães de Oliveira
Av. Borges de Medeiros, 239/1102
Leblon – CEP -22430-041
Rio de Janeiro – RJ.**